

GT 3. Trabalho e classes sociais no capitalismo contemporâneo

As rebeliões trabalhistas nas obras do PAC: o caso das usinas hidrelétricas de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte

Cauê Vieira Campos¹

Resumo: As obras de construção das usinas hidrelétricas de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte são marcadas por greves espontâneas e, na maioria das vezes, violentas. Estas obras se inserem no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), implementado pelos governos petistas. O PAC é responsável pela execução de diversas grandes obras em todo o país, o que cria um novo contexto para os trabalhadores da construção civil. Nesse sentido, o presente artigo busca analisar as greves do setor da construção civil, nas quais os trabalhadores têm conquistado suas pautas, mesmo com a omissão dos sindicatos. Propomos compreender os motivos e as especificidades desta forma de mobilização através dos conceitos de oportunidades e restrições políticas e memória política de Sidney Tarrow.

Palavras-chave: PAC; Jirau; Santo Antônio; Belo Monte; Usinas Hidrelétricas; Rebeliões; Greves espontâneas; sindicalismo; Governos Petistas.

Introdução

Nas construções das Usinas Hidrelétricas (UHE) de Jirau, Santo Antonio (RO) e Belo Monte (PA), constituintes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), ocorrem conflitos trabalhistas entre os operários e os consórcios responsáveis pela execução dessas, sem a participação dos sindicatos dos trabalhadores na organização das mobilizações e nas negociações com as empresas. De modo geral, as ações têm como reivindicações básicas melhorias econômicas, como aumento de salário e do vale

¹ Mestrando em Ciência Política na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Bacharel em Ciências Sociais pela mesma universidade. O presente artigo é resultado das pesquisas iniciais do mestrado, de mesmo nome do artigo, sob a orientação da Prof. Dr. Andréia Galvão. E-mail: cauecampos@uol.com.br

alimentação, protestos contra as condições de trabalho e alojamento, e pela a diminuição dos intervalos de *baixada*².

Por acontecerem sem o respaldo e organização do sindicato, as mobilizações podem ser definidas a partir da sua espontaneidade, violência e pela ausência de uma liderança nítida. Assim, temos como objetivo entender por que os trabalhadores se organizam desta forma e quais elementos fazem com que eles sejam impelidos a utilizar essa forma de organização.

Para compreendermos em que contexto estas greves ocorrem e caracterizarmos suas origens, motivações, formação e bandeiras de luta, faz-se necessário delimitar o cenário político econômico que o país vive nos últimos anos, a fim de entender onde se inserem os investimentos do PAC.

Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

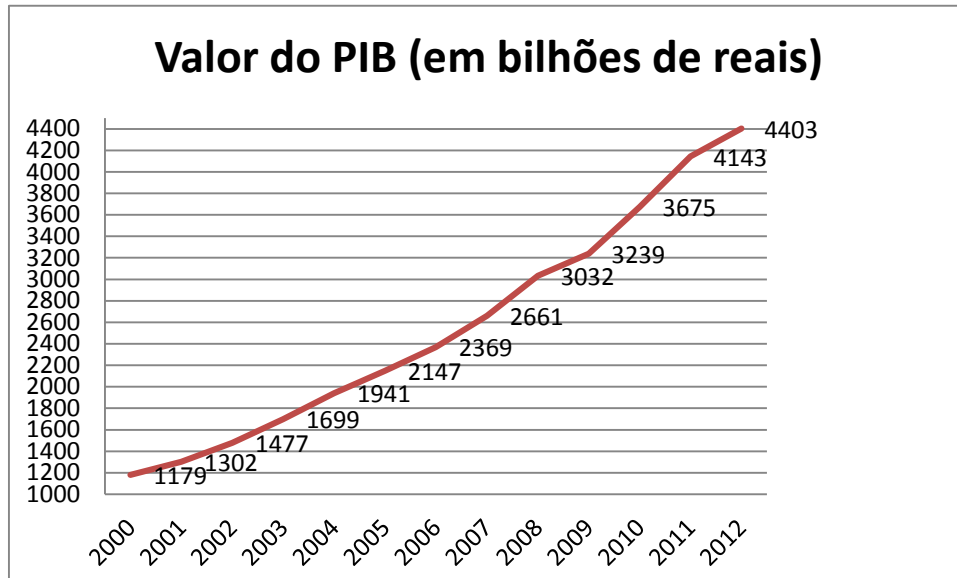
O principal foco do PAC é a construção de infraestruturas que facilitarão a produção e o escoamento dos produtos brasileiros. Portanto, concentram-se investimentos na criação de portos, aeroportos, estradas e usinas hidrelétricas. Lançado pelo então presidente da República Luis Inácio Lula da Silva em 28 de janeiro de 2007, o PAC previa o investimento R\$504 bilhões até 2010 em infraestrutura. Através destes recursos o governo federal buscava incentivar o desenvolvimento econômico do Brasil, principalmente nos setores como saneamento, habitação, transporte, energia e recursos hídricos. Até outubro de 2010 foram investidos 94% dos recursos pretendidos no período. Neste ano também foi lançado o PAC II, o qual ampliou as áreas investidas e o volume de recursos.

O PAC se insere em uma conjuntura de crescimento econômico no país, afinal como demonstra o gráfico abaixo, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil apresenta constante elevação até 2012 (Gráfico 1)³, em decorrência, principalmente, do mercado interno, conjuntamente com uma política de exportações de *commodities*. A caracterização da política econômica do governo Lula gera controvérsias na bibliografia. Há autores que consideram que o governo Lula promoveu uma mudança do papel do Estado no desenvolvimento e planejamento da economia. Barbosa e Souza (2010) consideram que após os ajustes necessários para remediar a economia da “herança maldita” de FHC e os

² Período no qual os trabalhadores que não moram na região podem visitar a família.

³ Fonte: Sistema de Contas Nacionais – IBGE. www.ibge.gov.br Acessado 24/04/12

ataques do capital financeiro especulativo sofridos pelo Brasil em 2002, o governo realizou os investimentos necessários para melhorar a infraestrutura do país.



Estes autores consideram o governo Lula como desenvolvimentista, ou neodesenvolvimentista, e por isso defendem a postura do governo de que investimentos públicos devam ser usados para aumentar a capacidade produtiva. Neste sentido, justificam a postura tomada pelo governo com o PAC.

(...) os desenvolvimentistas defendem o aumento do investimento público para acelerar o crescimento e aumentar a capacidade produtiva. Tal raciocínio se baseia na ideia de que investimentos em infraestrutura teriam impacto positivo sobre a produtividade e a competitividade da economia. (BARBOSA e SOUZA, 2010, p.73)

Ao analisar o PAC, esses autores demonstram que o principal mérito do programa é aumentar o investimento público e estimular o privado, sendo este feito através de desonerações tributárias, como na folha de pagamento, para tornar as empresas brasileiras mais competitivas.

Contudo, existem também aqueles que o consideram como continuidade do neoliberalismo aplicado por FHC. Paulani (2008) define a nova divisão internacional do trabalho após o neoliberalismo como a “intensificação das possibilidades de extração de mais valor por meio da criação da mais-valia absoluta” (*idem*, p.128). Para a autora, o governo Lula não promove qualquer tipo de enfrentamento ao neoliberalismo, mas também possui um caráter completamente neoliberal (PAULANI, 2008, p.71).

Nesta mesma perspectiva, a autora critica o PAC, pois o considera um programa de incentivos tímido demais para conseguir romper com os empecilhos estruturais ao crescimento brasileiro. Paulani considera que o governo não aumentará os investimentos públicos em obras que visam acabar com os gargalos da produção, como a questão energética e logística no país. Filgueiras e Gonçalves (2007) também consideram que os incentivos são baixos e insuficientes, e acrescentam que a aplicação dos recursos também é feita de forma duvidosa, questionando, por exemplo, os investimentos em logística, os quais especializariam o Brasil ainda como economia exportadora de *commodities*.

As obras que estudamos, a construção da Usina Hidrelétrica de Jirau, de Santo Antônio e de Belo Monte, inserem-se no PAC no eixo de investimentos em infraestrutura. Jirau produzirá 1975,3MW médios no rio Madeira, em Rondônia, e tinha como previsão de entrega janeiro de 2013. Também no rio Madeira, a UHE de Santo Antônio deve ser concluída até 2015 com 3150 MW de capacidade de geração na cidade de Porto Velho (RO). Já Belo Monte tem como previsão de entrega fevereiro de 2015 com uma produção de 4571MW médios no Rio Xingu, em Altamira no Pará. A responsável pela construção de Jirau é construtora Camargo Correa, já Santo Antônio e Belo Monte são construídas por consórcios, Santo Antônio Energia e Consórcio Construtor de Belo Monte (CCBM). Os investimentos totais serão de, respectivamente, 9,6 bi, 15,1 bi e 19 bilhões de reais até a conclusão das obras⁴.

Segundo o programa econômico que vem sendo aplicado no Brasil pelos governos petistas, estas obras cumprem um papel estratégico em toda a economia, por três motivos: (1) evitam a possibilidade de restrição da economia por falta de energia; (2) aquecem a economia brasileira com foco principal nos estados do norte do país. (3) geram empregos nos estados das usinas, o que promoveria a distribuição de renda.

Dessa forma, estas obras fazem parte de um contexto novo para economia brasileira, no qual o Estado passa a priorizar um maior investimento em infraestrutura, ainda que de maneira tímida. Esses investimentos visam permitir que o setor industrial brasileiro se desenvolva, sem percalços, como a falta de energia, estradas, portos e aeroportos para escoamento. Então, torna-se fundamental entender como essa parcela da classe trabalhadora, responsável pela construção dessas obras, reage a esse novo contexto e, principalmente, quais elementos esse contexto coloca para pensarmos o conflito entre capital e trabalho.

⁴ Dados retirados do site do próprio governo sobre o PAC. <http://www.brasil.gov.br/pac/>

Conjuntura do sindicalismo brasileiro

Nessa perspectiva, há uma alteração fundamental no contexto político para esses trabalhadores, pois há um crescimento das mobilizações no setor da construção civil. Greves e paralisações passam a ocorrer por todo o país e, na maioria das vezes, greves vitoriosas para os trabalhadores. Nos últimos anos ocorreram fortes mobilizações na construção civil de Fortaleza, Belém, no Complexo Industrial Portuário de Suape, no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), nas obras dos estádios da Copa de 2014, e principalmente nas construções das UHE de Belo Monte, Jirau e Santo Antônio.

Estas greves se inserem em contexto de retomada das mobilizações trabalhistas por todo o país. Há autores que caracterizam que o sindicalismo estava passando por uma fase de refluxo durante a década de 1990, como é o caso de Rodrigues (2002) e Boito Jr.(2010). Ou seja, devido à reformulação da produção e do processo de trabalho, como mudanças tecnológicas e organizacionais, conjuntamente à burocratização dos sindicatos e o descrédito das lideranças, o sindicalismo teria entrado em uma crise profunda.

Quanto ao diagnóstico da crise, os autores analisados concordam, porém discordam no nível da crise. Alguns autores como Rodrigues (2002) colocam este momento do sindicalismo como de crise terminal, no qual não haveria qualquer possibilidade de retomada das mobilizações. Porém, outros autores, nos quais se encontram Boito Jr. e Marcelino (2010), acreditam que ocorreu um refluxo no movimento sindical:

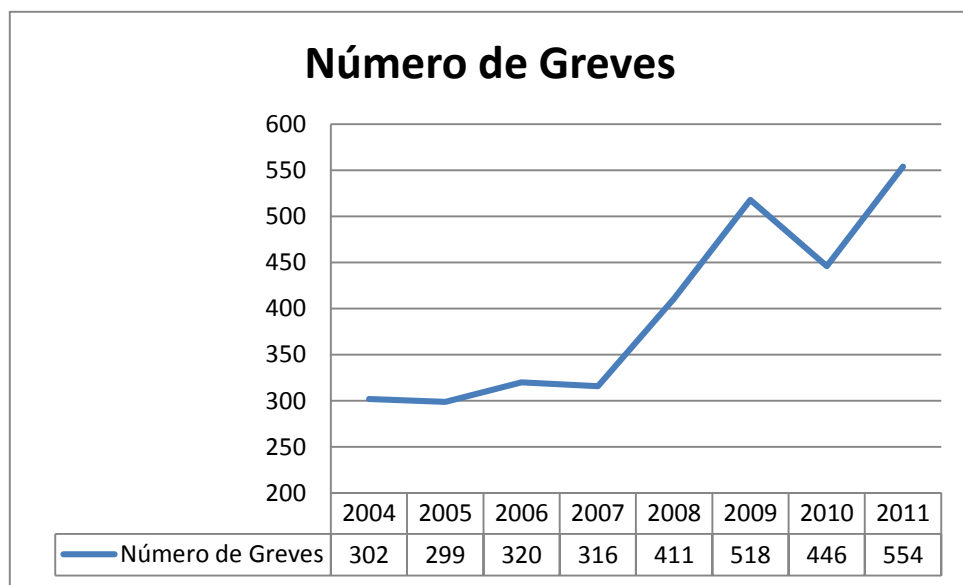
(...) os dados indicam que houve, de fato, um refluxo do movimento sindical em escala internacional.(...) Contudo, caracterizar o refluxo como crise estrutural ou declínio é outro passo. (BOITO; MARCELINO, 2010. p.326)

Para os autores não se pode falar em crise final, pois a constatação de declínio histórico seria decorrência da percepção da irreversibilidade desta nova ordem social, se assim fosse, não haveria saída para o sindicalismo. Os dados referentes ao número de greves no Brasil na década de 80 e na década de 90, perceberemos que realmente houve um declínio no segundo período. Porém, se tivermos com referência a década de 70, veremos que ocorrem mais greves na última década do século XX. (BOITO *et al.*, 2010)

Boito e Marcelino (2010) utilizam principalmente os dados do DIEESE⁵ sobre as greves da década de 2000 para indicar a retomada da atividade sindical no Brasil, os quais

⁵ Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos.

reproduzimos e ampliamos até 2011.⁶ Percebemos também que ocorre um crescimento principalmente no final da década, pós-crise de 2008⁷, que continua em 2009 e, ainda que diminua em 2010, permanece mais elevado em 2011 do que antes da crise.



Por isso, neste contexto em que temos conjuntamente alto investimento em desenvolvimento de infraestrutura e processos de greves, é de fundamental importância estudar os trabalhadores do setor de construção civil, com foco nas obras do PAC. Afinal de contas, é através desses trabalhadores que se está construindo um projeto econômico e de desenvolvimento para o Brasil. Assim, seria possível afirmar que os trabalhadores da construção civil estão se tornando a “vanguarda”⁸ do movimento operário brasileiro nos últimos anos, ao contrário do que se considerava no passado, pois é nesse setor que se tem observado maior atividade em termos de organização de ações coletivas entre os trabalhadores.

As mobilizações de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte se diferenciam de outras mobilizações dos trabalhadores da própria construção civil e também de outros setores. Enquanto normalmente as greves e manifestações passam pela direção do sindicato, através de reuniões e assembleias, nestas obras, as mobilizações e as próprias paralisações dos trabalhos são completamente desconectadas da direção do sindicato, os operários

⁶ Utilizamos as pesquisas do DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Greves, as quais se encontram no site www.dieese.org.br, acessados em 24/04/2013

⁷ Estas pesquisas voltaram a ser aplicadas em 2004.

⁸ Utilizamos como vanguarda o conceito marxista desenvolvido por Lênin a partir de Clausewitz, a partir do vocabulário militar, no qual vanguarda são aqueles que vão à frente de qualquer processo.

organizam-se de forma completamente autônoma e espontânea. Desta forma, reitera-se a importância do estudo dessas manifestações por seu caráter diferenciado do que normalmente se observa no sindicalismo, principalmente, brasileiro.

As críticas à atuação do sindicato levaram, em 2013, a uma campanha de desfiliação do SINTRAPAV-Pa⁹ em Belo Monte; já em Rondônia, após batalhas judiciais, os trabalhadores passaram a ser representados pelo STICCERO¹⁰, ligado à CUT¹¹, e não mais pelo SINTRAPAV¹² de Porto Velho. Para compreender esse processo, vejamos brevemente como esses conflitos foram desencadeados, quais foram as formas de manifestação e suas reivindicações. Além da postura que os sindicatos que deveriam representá-los adotam diante desses conflitos.

Relato dos conflitos

Na obra de construção da UHE de Belo Monte o primeiro conflito ocorreu em novembro de 2011, data-base da categoria¹³. Essa rebelião é chamada “dos Maranhenses”, por ter sido feito por trabalhadores oriundos desse estado. O SINTRAPAV-PA, ligado à Força Sindical, havia feito um acordo com o CCBM, considerado insuficiente pelos trabalhadores da obra. Com isso os trabalhadores se rebelaram e paralisaram as obras, reivindicando aumentos salariais, redução da baixada e aumento do vale alimentação. Devido à existência de um acordo do sindicato com a patronal, a greve foi sumariamente reprimida e derrotada, e todos os trabalhadores de origem maranhenses que trabalhavam na obra foram demitidos.

Entre abril e maio de 2012 ocorreu uma greve fora da data-base, por isso, imediatamente considerada ilegal pela Justiça do Trabalho. As reivindicações eram semelhantes à primeira, porém a greve também foi derrotada, com os trabalhadores sendo obrigados a voltar a trabalhar pela justiça. No entanto, o caso foi para a Justiça do Trabalho, e levando em consideração que as reivindicações eram praticamente as mesmas dos trabalhadores de Jirau, tiveram suas reivindicações atendidas, os juízes que julgaram o caso de Belo Monte obrigaram o CCBM a atender retroativamente todas as reivindicações dos trabalhadores.

⁹ Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Pesada do Estado do Pará.

¹⁰ Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil do Estado de Rondônia.

¹¹ Central Única dos Trabalhadores.

¹² Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias da Construção Pesada no Estado de Rondônia.

¹³ No Brasil, data-base é o período do ano em que patrões e empregados se reúnem para repactuar os termos dos seus contratos coletivos de trabalho. Por serem fruto de acordo entre as partes, as datas-base podem variar conforme a categoria profissional.

A proximidade da data-base de novembro de 2012 desencadeou algumas manifestações por melhoria salarial. Novamente, o sindicato não atendeu às necessidades dos trabalhadores, e sem convocar nenhuma assembleia ou reunião com esses, negociou e acatou a primeira proposta da patronal. Ao receberem as propostas, os trabalhadores descontentes atacaram os diretores do sindicato e começaram a destruir as instalações da obra, como alojamento, refeitório, almoxarifado. Após estes acontecimentos, cinco trabalhadores foram presos sob a acusação de incêndio, formação de quadrilha e dano a patrimônio particular. Ficaram presos por 66 dias e estão respondendo a processo.

No começo do ano de 2013, ocorrem mudanças nas pautas dos trabalhadores. Além da questão salarial, das condições de trabalho, acrescenta-se o conflito pela questão da hora *in itinere*, já que o CCBM busca obrigar todos os trabalhadores a se alojarem no canteiro de obra, mesmo aqueles que moram em Altamira e possuem transporte para os canteiros.

Como já dito acima, o sindicato responsável pela representação dos trabalhadores das obras de Belo Monte é o SINTRAPAV-PA filiado a FS. Pelas posturas brevemente descritas e por relatos colhidos com os trabalhadores a direção do sindicato possui postura completamente distante da base e tem ações com o intuito de arrefecer os conflitos entre trabalhadores e o CCBM. Além disso, a central sindical qual está filiado também possui postura de moderação dos conflitos, afinal a FS surgiu em um contexto de reestruturação produtiva com uma proposta de "sindicalismo moderno". Esse seria um sindicalismo de resultados, em que negociavam a manutenção dos empregos nem que isso lhes custasse a perda de alguns direitos e condições de trabalho. Os trabalhadores denunciam forte ligação entre a direção do sindicato e os cargos de confiança das empresas, principalmente com a Camargo Corrêa.

As primeiras greves de Jirau e Santo Antonio ocorreram entre março e abril de 2011, totalizando mais de 38 mil trabalhadores paralisados nas duas obras. As greves aconteceram de forma conjunta e simultânea, fazendo com que após os conflitos em Jirau, o Consórcio Santo Antônio decidisse paralisar a obra. As manifestações concentravam-se basicamente nas condições de trabalho e no descumprimento de acordos anteriores, os trabalhadores reclamavam da alimentação e do alojamento fornecidos para aqueles que se mantinham na obra. Imediatamente a Justiça do Trabalho determinou a ilegalidade da greve e a desocupação das obras pelos trabalhadores, e impôs multa de R\$ 50 mil para o SINDCCERO.

As negociações entre os trabalhadores, centrais sindicais, governo federal e a Camargo Corrêa foram conturbadas. A Polícia Militar e a Força de Segurança Nacional (FSN) reprimiram os trabalhadores. Foram conquistados pelos trabalhadores de Jirau e Santo Antônio o reajuste salarial de 11%, direito à baixada, melhorias nas condições de moradia e trabalho, apoio médico, psicológico e uma ouvidoria no local de trabalho para receber as reclamações sobre as condições de trabalho. Os dois grupos de trabalhadores questionavam legalmente a representação sindical.

Novamente em 2012 as manifestações ocorreram entre março e abril, as pautas se concentravam nos 30% de reajuste salarial, a baixada de 5 dias a cada 70 trabalhados, além da melhoria das condições de moradia e alimentação nos alojamentos. As greves mantiveram-se até 3 de abril, quando os trabalhadores aceitaram a proposta de pagamento de 70% de horas extras entre segunda e sábado – aos domingos é 100% – a mudança da baixada, e um aumento de 11% nos salários.

Em 2013 a greve toma um caráter diferente das anteriores e mesmo daquele presente nas greves da UHE de Belo Monte. Os trabalhadores se organizaram através do sindicato, passando por assembleias e todas as manifestações aconteceram de forma pacífica, sem qualquer forma de confronto. A paralisação das atividades começou dia 02 de Abril e continuou até dia 12 do mesmo mês. O acordo dos trabalhadores com a Camargo Corrêa e com o Consórcio Construtor Santo Antônio resultou em aumento de 11% no salário e reajuste da cesta básica de R\$ 270,00 para R\$ 350,00.

Até 2011, os trabalhadores dessas obras em Rondônia eram representados pelo SINTRAPAV-RO, também ligado a FS, porém através da Justiça, o novo sindicato, SINDCCERO, ligado à CUT, conseguiu a mudança da base e legitimidade como representante dos trabalhadores das obras das Usinas de Jirau e Santo Antônio¹⁴. Após isto, nas manifestações de 2012 e 2013 o sindicato participou da organização das greves, fazendo com que estas fossem mais controladas que antes e mesmo que em Belo Monte.

Ainda que nos últimos anos a postura de CUT e FS tenham se aproximado através do conteúdo programático e da forma de ação (GALVÃO, 2009), podemos perceber que há diferenças nas propostas de cada central. Enquanto, a FS surge com o objetivo de conciliação, a CUT representa o “novo sindicalismo”, assim abandonaria o sindicalismo pelego e burocratizado até então em voga. Durante a década de 1990 a CUT passou por um

¹⁴ <http://www.cut.org.br/destaques/20624/justica-de-rondonia-reconhece-sticcero-como-legitimo-representante-dos-trabalhadores>

processo de transformação na sua prática e na ideologia, o que poder ser definido como uma "acomodação política". Porém, com a eleição de Lula a presidência em 2002, esse caráter "acomodado" da central modifica-se pela aceitação e apoio incontestes ao governo petista (BOITO *et al*, 2009).

Portanto, a partir de uma leitura de que ação burocratizada e pelega do sindicato em Rondônia estariam trazendo mais empecilhos para a conclusão das obras e desgaste para o Governo Federal, a CUT, central sindical historicamente ligado ao PT, busca judicialmente a representação desses trabalhadores, para que assim possam aplicar uma política efetivamente conciliadora. Na qual, as obras caminhem de forma ordeira, que os trabalhadores consigam algumas melhorias pontuais, sem a necessidade de recorrerem a ações violentas e o governo federal consiga cumprir seu projeto de desenvolvimento no campo energético.

Proposta de Análise

É preciso uma forma de análise que nos permita compreender o motivo pelo qual essas manifestações ocorrem para além da organização institucional dos trabalhadores, buscamos desenvolver uma análise na qual possamos entender por que os trabalhadores se mobilizam dessa forma. Para isso, utilizaremos a abordagem de Tarrow (2009) sobre oportunidades e restrições políticas, a qual nos permite entender mais precisamente as mobilizações que acontecem em Jirau, Santo Antônio e Belo Monte. Utilizaremos também o conceito de *memória política* do mesmo autor para entender a relação das diversas greves e manifestações de trabalhadores da construção civil por todo o país.

Primeiro entendemos o conceito de confronto político, para depois desenvolvermos os conceitos de oportunidades e restrições políticas. As ações ocorridas nas obras de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte serão chamadas por nós de conflitos políticos. Para Tarrow (2009), um conflito político é desencadeado pelas mudanças ocorridas nas oportunidades e restrições políticas, através das quais os atores sociais passam a ter incentivos para agirem coletivamente. Assim, atores sociais, sem acesso regular às instituições de negociação, levam suas reivindicações através de ações violentas ou extremas, confrontando-se com outras parcelas da população ou autoridades. Dessa forma, os confrontos políticos são ações coletivas realizadas por grupos em embate com elites e autoridades, desafiando o *status quo*.

Delimitado o que são os confrontos políticos - a união de forças de pessoas comuns para fazer frente à elite e às autoridades - podemos perceber que para acontecer estes embates os agentes sociais devem considerar a possibilidade para agirem coletivamente com objetivo de dar fim aos seus descontentamentos. Essa consideração é baseada nas oportunidades e restrições políticas impostas aos movimentos por forças externas a ele, principalmente pelo Estado. Tarrow se questiona "Como podem sustentar desafios coletivos diante do medo ou da vaidade pessoal, da desorganização social e da repressão do Estado?" (TARROW, 2009, p.23), sua resposta é que a alteração nas oportunidades e restrições políticas impele ao surgimento de confrontos ou mesmo de uma nova fase de confronto.

A partir desta perspectiva podemos entender como as pessoas buscam agir coletivamente quando percebem que possuem recursos para escapar da submissão e encontram possibilidade para usá-los, mas também quando há ameaças e o senso de justiça é ofendido. Porém, essas oportunidades não são a garantia necessária e suficiente para que os confrontos aconteçam, é preciso entender como a estrutura social da realidade envolvida e a mobilização potencial permitem que as oportunidades possam ser transformadas em ação efetiva.

Trazendo esta perspectiva para nosso objeto de pesquisa podemos concluir que as oportunidades políticas são aqueles fatores que favorecem as mobilizações dos trabalhadores para reivindicar melhorias nas condições de trabalho e vida. Podemos já enumerar alguns fatores que podem incentivar os trabalhadores a romper com esse medo da mobilização, como o momento de crescimento econômico e de investimento em infraestrutura que garante a possibilidade de ser empregado em outra obra caso seja demitido, ou mesmo o acontecimento de outras greves no setor da construção civil.

O contexto de várias obras pelo país em decorrência do PAC, da construção e das reformas dos estádios da Copa de 2014 e do programa "Minha Casa, Minha Vida" permite que os trabalhadores assumam o risco de fazer greves e se organizarem por fora do sindicato, mesmo com a elevada probabilidade de serem demitidos. Afinal, poderão ser contratados em qualquer outro grande projeto do país. Portanto, podemos perceber que a conjuntura econômica que se encontra o país nos anos do governo PT torna-se uma oportunidade de ação coletiva para esses trabalhadores, afinal existem várias obras por todo o país que podem empregá-los. Esta possibilidade é sustentada pelos dados apresentados pelo DIEESE no "Estudo Setorial da Construção Civil", no qual é

demonstrado que há aumento dos investimentos públicos e privados no setor e consecutivo aumento dos empregos na construção civil.

Assim abre-se espaço para que os operários corram os riscos. Estes riscos são o que chamamos de restrições políticas, ou seja, aqueles fatores que desfavorecem a mobilização. No último período também ocorreram mudanças que alteram as restrições à mobilização desses trabalhadores. Nas obras que estudamos o principal fator é endurecimento da repressão pelo governo federal, como já dito, a Força de Segurança Nacional e a PM são utilizadas com objetivo de reprimir e dar fim as manifestações dos trabalhadores, os relatos são de uso de força, prisão e até tortura à trabalhadores que participam das mobilizações. Há também a possibilidade, quase certa, de demissão devido às mobilizações, por exemplo, o caso dos 700 trabalhadores demitidos no início de 2013 devido à organização de uma greve.

Entendemos a memória política como a história particular de um grupo, isto é aquele *background* que os trabalhadores recebem por seus antecessores. Utilizamos esse conceito de Tarrow (2009), para o qual ele diz "Os trabalhadores sabem como fazer greves porque gerações de trabalhadores as fizeram antes deles; os parisienses erguem barricadas porque as barricadas estão inscritas na história do confronto parisiense." (TARROW, 2009, p.40). Como dito anteriormente, em vários lugares do país, as categorias da construção civil estão participando de greves com fortes mobilizações e com suas reivindicações sendo atendidas.

Através deste conceito de *memória política* desenvolvido por Tarrow propomos a discussão de que os trabalhadores destas obras utilizam desta memória para se mobilizarem. Deve-se acrescentar que para os trabalhadores da construção civil essa memória não se restringe apenas ao local de atuação da categoria, afinal estes trabalhadores são comumente chamados de "peões", termo que vem exatamente da característica itinerante desses, os quais "rodam" de uma obra para outra.

As constantes e vitoriosas greves ocorridas no setor da construção civil brasileira no último período, principalmente em obras do PAC, estão criando uma *memória política* nestes trabalhadores. O que incentiva que eles se mobilizem para conquistar melhorias nas condições capital-trabalho. Em Belo Monte, por exemplo, há muitos trabalhadores originários de Belém, o que torna possível uma ligação entre experiências de mobilização na construção civil da capital paraense e o impulso ao confronto nas obras do PAC, visto

que a categoria de Belém tem conquistado sucessivos aumentos salariais e de condição de trabalho¹⁵.

Como já dito anteriormente, ocorrem greves dos trabalhadores do setor da construção civil em vários estados do país, portanto, podemos perceber que estes trabalhadores estão se tornando uma categoria com histórico de mobilizações. Assim, os trabalhadores de Belo Monte, Jirau e Santo Antônio possuem a memória de várias mobilizações vitoriosas pelo Brasil, sejam as de Fortaleza, de Suape, COMPERJ ou Belém. Além que a radicalização das manifestações em Jirau e Santo Antônio, com depredação e incêndios nas estruturas das obras, no começo de 2012 pode tentar influenciado a radicalização dos conflitos em Belo Monte nos mesmos moldes em novembro do mesmo ano.

Conclusão

Como podemos perceber, a proposta de análise dos ocorridos nas obras de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte a partir dos conceitos de oportunidades e restrições políticas e memória política, torna-se fundamental para entender por que estes trabalhadores se mobilizam e agem coletivamente através de meios espontâneos e radicais.

Afinal, o contexto econômico implementado pelos governos petistas, através dos PAC I e II, abre um novo espaço de atuação para os trabalhadores da construção. Já que estes programas de investimentos são responsáveis pelo acontecimento de diversas obras pelo país, desde construção de usinas hidrelétricas até estádios de futebol e estradas, os trabalhadores da construção, principalmente, da pesada encontram um contexto diferente no Brasil, no qual sabem que podem se mobilizar correndo o risco de serem demitidos, pois poderão se empregar em outras obras pelo país. Portanto, o cenário nacional de diversas obras cria oportunidades políticas de ação desses trabalhadores, já que não possuem o medo do desemprego.

Contudo, ao mesmo tempo em que o PAC proporciona a existência de grandes obras, a importância política e estratégica destas obras, principalmente das estudadas neste artigo, faz com que o governo federal endureça suas formas de repressão aos movimentos grevistas. Pode se perceber isto com a utilização de forças repressivas ostensivas contra os trabalhadores, principalmente, com a utilização da Força Nacional de Segurança como

¹⁵ <http://cspconlutas.org.br/2012/09/operarios-da-construcao-civil-de-belem-encerram-greve-e-arrancam-conquistas/>

instrumento de contenção e repressão aos trabalhadores mobilizados. Desta forma, a repressão violenta por forças de militares pelo governo federal torna-se uma restrição política a mobilização, afinal há relatos de torturas e prisões de trabalhadores em greve nas três obras. Mesmo assim, os trabalhadores de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte continuam se organizando e parando as obras para lutar por melhores condições de trabalho e vida nos canteiros de obras.

Provavelmente, as mobilizações continuam ocorrendo devido a um fator que abordamos acima, que é a memória política, ou seja, os trabalhadores da construção civil do Brasil tem percebido que estão conquistando melhorias nos últimos anos através de fortes e vitoriosas mobilizações por todo país, portanto, concluem que se mobilizando, mesmo com os riscos, poderão conquistar melhorias também. As greves da categoria, e mesmo a radicalização destas, em outras regiões levam os trabalhadores das obras das UHE a se organizarem e se rebelarem da mesma forma que seus colegas.

Referências bibliográficas

- BARBOSA, N., & SOUZA, J.A.P. de. A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda. In: E. SADER, & M. GARCIA, *Brasil: entre o passado e o futuro*. São Paulo: BOITEMPO. 2010.
- BÉU, Edson. *Expresso Brasília: A história contada pelos Candangos*. Brasília: LGE, 2006
- BOITO JR, A., & MARCELINO, P. . *O sindicalismo deixou a crise para trás? CADERNO CRH*, v.23, p. 323-338. 2010
- BOITO Jr., A., GALVÃO, A., & MARCELINO, P. Brasil: o movimento sindical e popular na década de 2000. *Observatório Social de América Latina*, v.1, 35-55. 2009
- BOITO, A. *Governo Lula: a nova burguesia no poder*. In: BOITO, A. e GALVÃO, A. *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda, 2012. p.69-104
- COUTINHO, R. *Operário de Construção Civil - Urbanização, Migração e Classe Operária no Brasil*. Rio de Janeiro: Achiamé. 1980.
- DIEESE. Estudos&Pesquisas - *Estudo Setorial da Construção Civil*. São Paulo: DIEESE, nº51, 2010
- FILGUEIRAS, L., & GONÇALVES, R. *A ECONOMIA POLÍTICA DO GOVERNO LULA*. Rio de Janeiro: CONTRAPONTO. 2007
- GALVÃO, A. *O Neoliberalismo na perspectiva marxista*. *Crítica Marxista* (São Paulo), v. 27, p. 121-126, 2008
- GALVÃO, A. A reconfiguração do movimento sindical no governo Lula. *Outubro*, v.18, 175-197. 2009

- GALVÃO, A., LEMOS, P. R., & GONÇALVES, T.. Conlutas e Intersindical: um sindicalismo de funcionários públicos. In: F. C. RODRIGUES, H. T. NOVAES, & E.BATISTA, *Movimentos Sociais, Trabalho Associado e Educação para além do Capital*. São Paulo: Outras expressões. 2012
- LÊNIN, V.I. *Que fazer?*. São Paulo: Hucitec, 1978
- NOVELLI, J.M.N. *A questão da continuidade da política macroeconômica entre o governo Cardoso e Lula (1995-2006)* Rev. Sociologia Política, v.18,n.36, p.277-240, jun. 2010
- PAULANI, L. *Brasil Delivery*. São Paulo: BOITEMPO, 2008
- RODRIGUES, L. M. *Destino do sindicalismo*. RODRIGUES, L. M: EDUSP/FAPESP. 2002
- RIBEIRO, G. L. *O Capital da esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008.
- SOUSA, N.. *Construtores de Brasília*. Petrópolis: Vozes, 1983
- TARROW, Sidney. *O poder em movimento – Movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes, 2009
- TRÓPIA, P. *Força Sindical: Política e Ideologia no Sindicalismo Brasileiro*. São Paulo: Expressão Popular. 2009